

Uma estética da aniquilação: políticas de vida e de morte em “La parte de los crímenes”, de Roberto Bolaño

ANTONIO CARLOS BATISTA DA SILVA NETO*
WANDERLAN ALVES**

RESUMO: Neste estudo, analisamos o tratamento dos corpos de mulheres encontradas mortas em “La parte de los crímenes”, assim como a crítica do ordenamento e da regulação política dos corpos operada na narrativa de Bolaño. Discutimos a figuração dos corpos assassinados, no relato, a partir da noção de biopolítica (FOUCAULT, 1981) que se constitui, também, do recurso a uma necropolítica (MBEMBE, 2017b). As duas noções indeterminam os limites do humano e do animal, da pessoa e da não pessoa (GIORGI, 2014), fazendo emergir, no relato, a figura do não sujeito (MOREIRA, 2004) como elemento importante na cultura contemporânea. Tal perspectiva nos permite ler a narrativa como uma estética da aniquilação (CANDIA CÁCERES, 2010).

PALAVRAS-CHAVE: Aniquilação; Biopolítica; “La parte de los crímenes”; Necropolítica; Roberto Bolaño.

ABSTRACT: In this study, we analyze the approach to the women’s bodies who are found out dead in “La parte de los crímenes”, as well as the criticism of the ordination and the political regulation on the bodies operated in the Bolaño’s narrative. From the concept of biopolitics (FOUCAULT, 1981), which also constitutes a resource towards the necropolitics (MBEMBE, 2017b), we discuss the figuration of these bodies murdered in the story. Both notions indeterminate the bounds between human and animal, person and non-person (GIORGI, 2014), making to emerge the figure called non-subject (MOREIRAS, 2004) as an important element in the contemporary culture. Such perspective allows us to read the narrative as an aesthetic of annihilation (CANDIA CÁCERES, 2010).

KEYWORDS: Annihilation; Biopolitics; “La parte de los crímenes”; Necropolitics; Roberto Bolaño.

* Mestrando no Programa de Pós-graduação em Literatura e Interculturalidade – Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – 58429-500 – Campina Grande – PB – Brasil. E-mail: ac.neto07@gmail.com / netoantonioarlos@outlook.com

** Departamento de Letras – Centro de Ciências Humanas e Exatas – Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – 58500-000 – Monteiro – PB – Brasil. E-mail: alveswanderlan@yahoo.com.br

Michel Foucault (1976) destaca que, de forma geral, o poder quase sempre foi associado a “la prohibición, la ley, el hecho de decir no, una vez más la forma, la fórmula ‘tú no debes’”¹. Em sua concepção, a noção de poder no mundo ocidental foi construída por meio de mecanismos de proibição e do direito. O filósofo francês aponta que desde a Idade Média, com a Monarquia, até o século XVII, com a burguesia, o direito e sua expressão pública em forma de lei emergem como instrumentos de poder e que ambos introduziram, concomitantemente, “una forma de poder [...] que se presentaba como discurso, como lenguaje, el vocabulario del derecho”. Com base no livro II de *O capital*, de Karl Marx, Foucault analisa algumas particularidades dos mecanismos positivos do poder. Entre elas, nota que não existe *um* poder, mas, sim, poderes, formas de controle que operam em determinados locais (no trabalho, no exército, nas relações servis). Sua reflexão encontra duas faces do poder e, com efeito, duas implicações no desenvolvimento do capitalismo: a natureza descontínua, geradora de uma impossibilidade de controle; e a natureza dispendiosa ancorada na necessidade de obtenção de dinheiro. Tais implicações reverberam no desenvolvimento de duas formas de tecnologias políticas: i) a tecnologia política como disciplina capaz de controlar o corpo social e os indivíduos, figurativizada, por exemplo, no exército; e ii) a tecnologia política da educação, instaurada inicialmente nos colégios e nas escolas secundárias, com o objetivo de classificar e hierarquizar os indivíduos. Ambas surgem como técnicas de individualização do poder e de uma anatomia política.

No entanto, é na segunda metade do século XVIII que surgem, segundo Foucault (1976), tecnologias que não mais se enfocam nos indivíduos, mas, sim, na população. Sob esse paradigma, ele afirma que os indivíduos começam a ser vistos como entidade biológica e a população como máquina de produzir (riqueza, bens, outros indivíduos etc.). Surge, desse modo, a ideia de adestramento do corpo, assim como as possibilidades de controle e sujeição por meio de mecanismos de poder. Isso é o que Foucault define como sendo a *biopolítica*. Nesse sentido, biopoder e biopolítica surgem “como conceitos-intercessores que refletem muito mais um acoplamento dos mecanismos de poder, do que necessariamente dois momentos distintos de organização das relações de poder” (LIMA, 2018, p. 21).

Por sua vez, no ensaio “Necropolítica”, Achille Mbembe indaga:

Sob quais condições práticas se exerce o direito de matar, deixar viver ou expor à morte? Quem é o sujeito dessa lei? O que a implementação de tal direito nos diz sobre a pessoa que é, portanto, condenada à morte e sobre a relação antagônica que coloca essa pessoa contra seu ou sua assassino/a? Essa noção de biopoder é suficiente para contabilizar as formas contemporâneas em que o político, por meio da guerra, da resistência ou da luta contra o terror, faz do assassinato do inimigo seu objetivo primeiro e absoluto? (MBEMBE, 2017b, p. 123).

É com base no conceito de biopoder de Foucault que o filósofo camaronês reflete, passando, também, por discussões de Hegel e Bataille, sobre a relação entre morte, soberania/poder e sujeito nas sociedades contemporâneas, buscando entender como o poder dita “quem

¹ Sem número de páginas na versão consultada.

pode viver e quem deve morrer” (MBEMBE, 2017a, p. 123). Após observar que “experiências contemporâneas de destruição humana sugerem que é possível desenvolver uma leitura da política, da soberania e do sujeito” (MBEMBE, 2017a, p. 125), o filósofo dá início à discussão do conceito de estado de exceção. Para ele, o estado de exceção, frequentemente relacionado ao nazismo, a totalitarismos e aos campos de concentração/extermínio, aparece como “metáfora central para a violência soberana e destrutiva” (MBEMBE, 2017b, p. 123)². Com isso, Mbembe não pensa na soberania a partir das perspectivas da crítica política tardo-moderna e das teorias normativas da democracia – que a veem como produção de normas criadas por um povo (composto por indivíduos livres e iguais) em busca de um projeto de autonomia –, mas a concebe como “a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (MBEMBE, 2017b, p. 125). Por sua vez, como analisa Gabriel Giorgi, há um deslocamento do modo de conceber a vida, o corpo e a pessoa na cultura contemporânea, que abandona o prisma de uma “‘natureza’ que [...] volvía [la vida] inteligible y que la definía en su contraposición a la vida humana, social y tecnológica” (GIORGI, 2014, p. 13).

As gradativas mudanças nas gramáticas da cultura acabam, também, dando visibilidade às políticas de classificação de vidas e corpos, além de revelar economias de vida e de morte e como “los ordenamientos biopolíticos ‘producen’ cuerpos y les asignan lugares y sentidos en un mapa social” (GIORGI, 2014, p. 13). Por mais que Giorgi e Mbembe tratem de contextos diferentes, suas reflexões se aproximam ao mostrarem que “as ligações entre a modernidade e o terror provêm de várias fontes” (MBEMBE, 2017b, p. 129), passando pelo imperialismo colonial (escravidão, colonização, Revolução Industrial, Revolução Francesa, Primeira Guerra Mundial, Estado Nazista, *apartheid*) até as ocupações (neo)coloniais contemporâneas. Nesse sentido, pode-se admitir que qualquer trajetória histórica que verifique o terror e a violência do mundo moderno e contemporâneo se enfrentará com o tema da *biopolítica*, assim como com políticas de despersonalização que facilitam a conversão de sujeitos em objetos. Em outras palavras, a *biopolítica* (mecanismo de poder, controle e sujeição dos e sobre os corpos) teria tido sua primeira experiência na e com a escravidão, mas não se resume a ela e perdura até hoje, a partir de reconfigurações incessantes no contexto global.

² Vale a pena recuperar duas observações anteriormente publicadas em outro estudo: (I) “o estado de exceção consiste, exatamente, na suspensão das jurisdições vigentes, em nome da manutenção da ordem”; e (II) “Há, na história ocidental, uma série de manifestações capazes de constituir, talvez, uma tradição do estado de exceção, dando forma legal àquilo que não pode ter forma legal, por sua própria natureza de não pertencimento ao corpo jurídico (AGAMBEN, 2004). Um exemplo disso é o carnaval na Idade Média, estudado por Bakhtin (1996). Ele não pode ser julgado como transgressivo ou permissivo, porque se instaura num espaço em que o corpo de leis não tem validade. A prática do direito romano, por sua vez, também já apresentava uma instituição que pode ser vista, hoje, como a gênese do estado de exceção, o *iustitium*, que corresponde à interrupção do direito em nome do próprio direito, para salvá-lo (AGAMBEN, 2004). Se observarmos, também, a política de estado mais recente, nos lembraremos de que, após o ataque ao World Trade Center, em 2001, o então presidente dos Estados Unidos, Jorge W. Bush, passou a referir-se diversas vezes, em público, como sendo o ‘comandante em chefe do país’, título cujo caráter bélico se propõe conferir ao titular poderes absolutos de decisão e ação, em nome da ordem, sem a necessidade de acionar os órgãos democráticos associados ao governo. Parece ser recorrente, ao longo da história do Ocidente, uma série de marcas da indeterminação entre a democracia e o autoritarismo que caracterizam o estado de exceção, tanto em suas estruturas sócio-políticas quanto em suas matrizes culturais” (ALVES, 2012, p. 169).

Na América Latina, materiais literários e artísticos, especialmente nas últimas décadas, vêm explorando a relação entre cadáver, pessoa e animalidade; por exemplo, tentando tratar criticamente os modos de responder à violência resultante de contextos biopolíticos (GIORGI, 2014), como se pode ver em trabalhos artísticos de Roberto Bolaño, Diamela Eltit, Nuno Ramos, Ferréz, Juan Gabriel Vásquez, Ariel Coletivo Literário, entre outros. De fato, a literatura e a arte latino-americanas apresentam um imenso *corpus* para análise, pois sua história está plasmada de relatos (históricos, ficcionais, policiais, políticos, culturais) ancorados em situações que ora apontam para uma diferenciação entre pessoas e não pessoas, entre aqueles que devem ser lembrados e os que devem ser esquecidos, o que faz das tensões entre o corpo e o delito (e o corpo do delito) um demarcador, uma fronteira entre políticas de Estado, mapas de diferenças (étnicas, de gênero, etárias, político-partidárias), camadas históricas e, enfim, instrumento que pode legitimar ou colocar em dúvida quais vidas devem morrer ou ser esquecidas e quais devem viver ou ser lembradas (LUDMER, 2002; GIORGI, 2014). Por essa via, a discussão sobre as políticas de vida e de morte na cultura latino-americana se aproxima da perspectiva de Mbembe, que não perde de vista o espectro da raça – e de sua intersecção com a classe social –, de modo que os conceitos de *necropoder* e *necropolítica* colaboram para definir “quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é” (MBEMBE, 2017b, p. 135), assim como quem “conta o conto” dessas políticas.

Com base nas noções de *necropoder* e *necropolítica*, é possível imaginar a cidade ficcional de Santa Teresa – fronteira entre México e Estados Unidos, local dos parques industriais Arsenio Farrell, General Sepúlveda e El Progreso, no relato “La parte de los crímenes”, que integra o extenso romance *2666*, de Roberto Bolaño – como um reduto de exploração e controle dos corpos cuja tanatopolítica empurra, cotidianamente, mulheres para a degradação, a coisificação e a morte, ao mesmo tempo em que coloca em evidência formas de atuação do poder da política, da economia, do gênero. Poderíamos ler tal questão, no relato de Bolaño, a partir de

[...] uma figura que permanece não interpelada, de fato além da interpelação, não porque a interpelação nunca a alcança, mas porque ela marca o próprio limite da interpelação. [...] é a figura que deve viver, dentro do lugar, com medo e tremor – com medo e tremor de interpelação, porque sabe que a interpelação pressagia sua morte: o instante em que sua interpelação acontece é também o instante em que ela mesma deixa de existir. [...] [Também] é a figura que chega absolutamente, independentemente das expectativas, um visitante em vez de um convidado, um evento que pode ou não produzir medo e tremor, pode ou não produzir interpelação, mas cuja condição de possibilidade, cuja imanência é justamente um deslocamento da interpelação, um excesso dela.// Essas duas imagens são os dois lados, ou melhor, dois dos lados, de uma figura que são muitas figuras, uma figura que, justamente, não será contada como uma: a figura que eu chamaria de não sujeito do político, já não o estrangeiro, nem inimigo nem amigo, mas um não amigo absoluto, uma forma estranha e perturbadora de presença política na medida em que permanece, em e através de sua chegada, uma memória bruta, uma lembrança bruta daquilo que sempre tinha estado lá, além da sujeição, além do alcance, além do recuperável, nem mesmo obsceno, nem mesmo abjeto, mas simplesmente lá, uma tênue facticidade além da facticidade, um *punctum* invisível do inelutável, materialidade intratável, sempre do outro lado do pertencimento, de qualquer pertencimento (MOREIRAS, 2004, p. 2, tradução livre).

O conceito de não sujeito de Alberto Moreiras permite ler a saturação do relato de Bolaño com descrições cruas de corpos mortos, movimentos de focalização que ora apresentam corpos mutilados com proximidade e detalhes, ora com distância e objetividade forense, destacando, na linguagem, corpos fragmentados, anônimos, violentados e, em geral, pouco a pouco esquecidos e novamente abandonados, numa perspectiva que tanto problematiza a noção de representação – não há representação da violência em “La parte de los crímenes” num sentido sinedóquico, mas apresentação, figuração de diversas esferas violentas da vida social – quanto faz emergir uma figura complexa vinculada à margem, que coloca em debate os limites do discurso (e da representação) sobre a violência, convertendo o próprio delito (e o corpo que é sua expressão e é, também, corpo do delito, na narrativa) num fantasma (LINK, 2009), expressão de uma figura que, mesmo estando à margem da política (de proteção, de reconhecimento e de personalização) revela-se estritamente politizada: corpos mudos e mortos cuja presença torna-se perturbadora e discursiva.

Biopolítica e necropolítica em “La parte de los crímenes”

Ao analisar a obra de Roberto Bolaño, Alexis Candia Cáceres argumenta que seus romances costumam abordar as muitas formas de atuação do mal no mundo ocidental, sobretudo associado ao capitalismo e à lógica da oferta-demanda. Desse modo, “Bolaño critica en sus textos a un capitalismo que se ha extendido sin límites hasta los confines del planeta, envolviéndolo en la lógica de los mercados y las redes de información” (CANDIA CÁCERES, 2010, p. 46) e cria uma proposta literária que, ao “penetrar en los recovecos sombríos del ser humano acaba, inevitablemente, encontrándose con todos los rostros de la maldad” (CANDIA CÁCERES, 2010, p. 47).

Em “La parte de los crímenes”, relato em cuja extensão são narradas situações relacionadas a cerca de 100 corpos de mulheres mortas encontrados na região de Santa Teresa, além da falência das investigações e do conseqüente esquecimento a que as vítimas são relegadas, após ser encontrado o corpo de Penélope Méndez Becerra, de apenas 11 anos, o narrador comenta o contexto social da vítima e de sua família: em 1985, os seus pais emigram para o norte do México, em busca de trabalho, e após sete anos na cidade de Santa Teresa o pai decide que com “lo que ganaba en las maquiladoras no iban a mejorar las condiciones de vida de su familia y decidió cruzar la frontera” (BOLAÑO, 2004, p. 503).

Após sua filha mais velha, Lívia, sofrer uma tentativa de estupro por parte do vizinho, e buscando melhorar suas vidas, a mãe da pequena passa a sustentar a família sozinha, trabalhando na maquiladora Interzone-Berny e vendendo sanduíches:

[...] trabajó duro e hizo horas extra y llegó incluso a vender tortas a sus propias compañeras de trabajo, en la hora de la comida, hasta que tuvo dinero suficiente para alquilar una casita en la colonia Veracruz, que le quedaba más lejos de Interzone que la que tenía en el zanjón, pero que era una casita de verdad, con dos habitaciones, con tabiques bien puestos, con una puerta que se podía cerrar con llave. No le importó tener que caminar veinte minutos más cada mañana. Al

contrario, los caminaba casi cantando. No le importó pasarse noches sin dormir, empalmando un turno con otro, o quedarse hasta las dos de la mañana en la cocina, preparando las tortas bien picantes que sus compañeras se comerían al día siguiente, cuando ella partiera a la fábrica a las seis. Al contrario, el esfuerzo físico la llenaba de energía, el agotamiento se convertía en vivacidad y gracia, los días eran largos, lentísimos, y el mundo (percibido como un naufragio interminable) le mostraba su cara más vivaz y la hacía tomar conciencia de que la suya, naturalmente, también lo era (BOLAÑO, 2004, p. 504-505).

Apesar de identificadas – ao contrário da maior parte das vítimas, no relato –, tanto a menina quanto sua família constituem, na verdade, parte de um anonimato maior, coletivo, que torna a categoria de pessoa ou de indivíduo incapaz de inscrevê-las suficientemente, no relato. Suas histórias se cruzam com as de tantas outras mulheres (“su historia no les parecía rara ni singular sino algo común y corriente” (BOLAÑO, 2004, p. 504)) e praticamente se confunde com o relato do processo de radicalização da globalização e dos tratados de livre comércio que marcam a história do México, ao menos desde a assinatura do NAFTA. Em meio à narração da breve história de Penélope e sua família, entrelaçam-se histórias de miséria, pobreza, subdesenvolvimento, migrações e da apropriação de mão de obra barata para atender às demandas do capital estrangeiro³. A lei da oferta e da procura, aqui, converte vidas em insumo que põe em funcionamento as maquiladoras. Os instantes de felicidade que a mãe experimenta expressam, na verdade, a carência, a diferença, sua condição à margem (distante geograficamente, morando num barraco, obrigada a andar a pé para ir ao trabalho e a sobreviver com o mínimo).

Submetidas ao trabalho degradante nas *maquiladoras* – empresas que realizam a manufatura parcial, encaixe ou empacotamento de um bem sem que sejam as fabricantes originais –, as mulheres da quarta parte de 2666 são o alvo principal de uma política econômica (mas de certo modo, também, estatal e transnacional) que encontra na intersecção de gênero e classe o cerne de seu poder. Pobres, geralmente sozinhas (por terem deixado a família no interior e ido para a fronteira em busca de trabalho ou por terem sido abandonadas, como no fragmento citado), as personagens se tornam potencialmente não ameaçadoras, do ponto de vista trabalhista e, além disso, constituem uma oferta de mão de obra excedente que funciona como reguladora dos salários, sempre baixos. Diferentemente dos trabalhos escravocratas durante os períodos colonial e imperial, como aponta Mbembe (2017b), a escravidão nos dias de hoje não ocorre por meio da compra

³ A série *Living Undocumented* (2019), traduzida no Brasil como *Realidade sem documentos* e transmitida pela Netflix, aborda o tema da imigração ilegal e de suas implicações econômicas, afetivas e biopolíticas nos EUA sob a administração de Donald Trump, ainda que não restrita a seu governo. É expressivo o fato de que os imigrantes ilegais latino-americanos, por serem os que têm mais visibilidade quando o assunto é posto em pauta no país – especialmente os mexicanos –, são, também, os alvos principais das políticas de deportação e de criminalização tornadas programáticas nos últimos anos no país. Um dado ainda mais cruel é que, ao menos no recorte apresentado na série, latino-americanos e negros de origem africana, se pobres, são vítimas preferenciais desse sistema. Além disso, a política de “tolerância zero” implantada por Trump equipara, juridicamente, imigrantes a criminosos, o que explicita o teor de esvaziamento das subjetividades e singularidades implicadas em cada situação migratória, reduzindo o outro à condição de mal-vindo, aquele que deve ser, se não eliminado, ao menos expulso, anulado, aniquilado, um não amigo absoluto e, por isso mesmo, um não sujeito.

de pessoas, mas, sim, do aliciamento de menores e mulheres, em sua maioria, e/ou por submetê-las às condições degradantes de trabalho, como as jornadas exaustivas.

Nesse sentido, os fragmentos que narram a descoberta dos corpos de mulheres mortas, em “La parte de los crímenes”, constituem uma série que tanto remete ao próprio funcionamento das dinâmicas do capital (a esteira das fábricas, o ritmo incessante) quanto se complementam mutuamente, como se integrassem um caleidoscópio, expressando o não pertencimento, o deslocamento e a precariedade a que as vítimas estão associadas:

La muerta apareció en un pequeño descampado en la colonia Las Flores. Vestía camiseta blanca de manga larga y falda de color amarillo hasta las rodillas, de una talla superior. Unos niños que jugaban **en el descampado** la encontraron y dieron aviso a sus padres. La madre de uno de ellos telefoneó a la policía, que se presentó al cabo de media hora. **El descampado daba a la calle Peláez y a la calle Hermanos Chacón y luego se perdía en una acequia tras la cual se levantaban los muros de una lechería abandonada y ya en ruinas. No había nadie en la calle por lo que los policías pensaron en un primer momento que se trataba de una broma.** Pese a todo, detuvieron el coche patrulla en la calle Peláez y uno de ellos se internó en el descampado. Al poco rato descubrió a dos mujeres con la cabeza cubierta, arrodilladas entre la maleza, rezando. Las mujeres, vistas de lejos, parecían viejas, pero no lo eran. Delante de ellas yacía el cadáver. Sin interrumpirlas, **el policía volvió tras sus pasos y con gestos llamó a su compañero que lo esperaba fumando en el interior del coche.** Luego ambos regresaron (uno de ellos, el que no había bajado, con la pistola desenfundada) hacia donde estaban las mujeres y se quedaron de pie junto a éstas observando el cadáver. El que tenía la pistola desenfundada les preguntó si la conocían. No, señor, dijo una de las mujeres. Nunca la habíamos visto. **Esta criatura no es de aquí** (BOLAÑO, 2004, p. 443, grifos nossos).

No fragmento acima, que abre a narrativa de “La parte de los crímenes”, a normalidade do cotidiano (os policiais pensam que se trata de um trote macabro) se mescla ao horror da cena, que se aproxima de um *thriller*. Chama a atenção certa potência dispersiva do espaço onde transcorre a cena, ruas que se perdem entre construções abandonadas e canais de esgoto, o descampado que liga a cidade ao deserto, ruínas que parecem prenunciar um estado de degradação que não é exclusivo do corpo já em decomposição, mas de uma atmosfera (que é, também, Santa Teresa). Enquanto, por um lado, o caso pode ter despertado a curiosidade e, mesmo, o horror e a compaixão de uns (os meninos que o descobrem, as mulheres que rezam diante do corpo), por outro lado, esse é apenas mais um caso de mulher encontrada morta (em quase 300 páginas de fragmentos com casos semelhantes), em que um dos policiais permanece tranquilo fumando no carro, aguardando o retorno do colega. À *naturalidade da situação*, no entanto, o corpo da vítima responde como algo fora do lugar: “Esta criatura não é de aqui.” E também não é de lugar nenhum, haveria de acrescentar, justamente porque é parte de *um grupo que não é* (cidadão, sujeito, indivíduo e, nem mesmo, pessoa), no relato:

Los cadáveres de Bolaño son *irreconocibles* no solo porque en muchos casos aparecen físicamente desfigurados por la violencia, sino también porque el reconocimiento social, jurídico de esos cuerpos, los mecanismos que certifican y aseguran su pertenencia a una comunidad y a un orden social –y

que distribuyen persona de no-persona– están inherentemente quebrados: *ese quiebre es lo que estos cadáveres hacen visible* (GIORGI, 2014, p. 215).

Nesse sentido, a falência da representação, no relato de Bolaño, paradoxalmente, funciona como elemento que conecta as personagens (categoria provisória aqui, pois, rigorosamente, as mortas não chegam a sê-lo, em sua maioria, na narrativa). Elas não representam um grupo porque não são representáveis no interior de uma economia e de uma política cuja linguagem é marcada pela padronização e pela despersonalização. No relato, os materiais mobilizados “no pueden o no quieren ‘representar’ el cadáver sino que deciden presentarlo, traerlo a la luz, ponerlo, a veces literalmente, entre nosotros albergando e iluminando la resistencia de esa materia a desaparecer” (GIORGI, 2014, p. 204). É nesse sentido que os corpos mortos apontam para a categoria do não sujeito proposta por Alberto Moreiras (2004), na medida em que ficam aquém e além da interpelação, ao mesmo tempo em que estão atravessados por interrogações sobre sua morte, sobre as estruturas de uma sociedade que naturaliza tais ocorrências, sobre o Estado omissivo e impotente, sobre as políticas de memória e de esquecimento que envolvem os casos das *muertas de Juárez*, aos quais, como sabemos, o texto de Bolaño remete.

Na narrativa, o corpo feminino é, geralmente, associado ao que é descartável, especialmente sob o prisma masculino, o que se coaduna aos próprios locais onde costumam ser encontradas as vítimas: como dejetos sociais, jogadas em lixões, em terrenos baldios, em acostamentos da rodovia que corta a cidade, nas esquinas, no deserto:

Por lo que respecta a las mujeres muertas de agosto de 1995, la primera se llamaba Aurora Muñoz Álvarez y su cadáver se encontró en el arcén de la carretera Santa Teresa-Cananea. [...] Dos días después de aparecer el cuerpo de la primera víctima de agosto fue encontrado el cuerpo de Emilia Escalante Sanjuán, de treintaitrés años, con profusión de hematomas en el tórax y el cuello. [...] Una semana después apareció el cuerpo de Estrella Ruiz Sandoval, de diecisiete años, en la carretera a Casas Negras. Había sido violada y estrangulada. [...] Un día después de ser hallado el cadáver de Estrella Ruiz Sandoval se encontró el cuerpo de Mónica Posadas, de veinte años de edad, en el baldío cercano a la calle Amistad, en la colonia La Preciada. [...] Dos días después de que se descubriera el cadáver de Mónica en el baldío de la calle Amistad apareció el cuerpo de otra muerta en la carretera Santa Teresa-Caborca. [...] Una semana después, cuando ya agosto llegaba a su fin, fue encontrado en la carretera Santa Teresa-Cananea el cuerpo de Jacqueline Ríos, de veinticinco años, empleada en una tienda de perfumería de la colonia Madero (BOLAÑO, 2004, p. 575-579, grifos nossos).

Há que observar, no entanto, que outra série complementa esta dos corpos mortos, no relato. Nessa outra emerge uma imaginação perversa que inscreve a mulher numa zona alheia à lei. Trata-se do longo fragmento de cerca de 3 páginas que recolhe ditos populares, piadas e charadas sobre mulheres, do qual recuperamos um trecho, a seguir:

A esa misma hora los policías que acababan el servicio se juntaban a desayunar en la cafetería Trejo's, un local oblongo y con pocas ventanas, parecido a un ataúd.

[...] Y se contaban chistes. A veces eran monográficos. Los chistes. Y abundaban aquellos que iban sobre mujeres. Por ejemplo, un policía decía: ¿cómo es la mujer perfecta? Pues de medio metro, orejona, con la cabeza plana, sin dientes y muy fea. ¿Por qué? Pues de medio metro para que te llegue exactamente a la cintura, buey, orejona para manejarla con facilidad, con la cabeza plana para tener un lugar donde poner tu cerveza, sin dientes para que no te haga daño en la verga y muy fea para que ningún hijo de puta te la robe. [...] Y el que había contado el primero, seguía. Decía: ¿por qué las mujeres no saben esquiar? Silencio. Pues porque en la cocina no nieva nunca. [...] Y el contador de chistes decía: a ver, valedores, definanme una mujer. Silencio. Y la respuesta: pues un conjunto de células medianamente organizadas que rodean a una vagina. [...] Y otro más, éste internacional: ¿por qué la Estatua de la Libertad es mujer? Porque necesitaban a alguien con la cabeza hueca para poner el mirador. Y otro: ¿en cuántas partes se divide el cerebro de una mujer? ¡Pues depende, valedores! ¿Depende de qué, González? Depende de lo duro que le pegues. Y ya caliente: ¿por qué las mujeres no pueden contar hasta setenta? Porque al llegar al sesentainueve ya tienen la boca llena. Y más caliente: ¿qué es más tonto que un hombre tonto? (Ése era fácil.) Pues una mujer inteligente. Y [...] Y [...] Y [...] Y [...] Y [...] Y [...] Y [...] Y [...] (BOLAÑO, 2004, p. 689-692).

A repetição da conjunção aditiva marca, também, uma gradação e sugere que se trata de uma série potencialmente infinita que aponta tanto para uma escuta, por parte de Bolaño, quanto para a dispersão de fragmentos de linguagens, ideias, relatos, valores, práticas e modos de ver e imaginar a mulher, os quais sugerem, ainda, o quanto todo esse horror é “consumível” e suportável para o leitor e para a imaginação pública em geral, questão em si mesma expressiva do que, para Bolaño, está atrelado à sua concepção do mal:

Se achávamos estar frente a frente com o mal na escrita sobre os corpos, sobre suas violações, suas histórias e marcas, eis que surgem os chistes e a obra incorpora uma violência que além de desconstruir os limites do mal, expande os limites da literatura. Tudo se passa como se Bolaño desafiasse o leitor e, no limite, o empurrasse em direção aos contornos da sua própria ética. Seguimos lendo. Seguimos lendo apesar do horror. Descobrimos, apesar do horror, que os *chistes* e as mortes são suportáveis (SANTOS, 2019, p. 3).

Quando sobrepostas, a série de mulheres mortas e a série de chistes sobre mulheres dão a ver certas políticas de diferenciação ancoradas nas relações de gênero. O fato de que a série de piadas tenda ao infinito revela a adesão com que ela conta na imaginação pública, assim como sua capacidade de gerar mais chistes. Se associarmos a isso o fato de que, em seu conjunto, os assassinatos de mulheres não são solucionados, os assassinos não são punidos e as questões de fundo (que podem envolver políticos, empresários e policiais) nunca são esclarecidas, veremos que o caráter infinito da série se relaciona a certo sentido (questionável) de justiça amparado nas noções de pessoa e de masculinidade. Os corpos mortos, na narrativa, são não pessoas, são não sujeitos e são não masculinos, o que parece apontar para certo *status* jurídico suplementar que os afeta. A justiça que não soluciona os casos é, mais do que uma justiça impotente, uma justiça que não vê neles algo excepcional. Nesse sentido, somente uma inversão no interior do relato poderia trazer à tona sua face criminoso “oculta” (porque naturalizada). Mas isso não

ocorre – em toda a sua literatura, Bolaño tende a não cair no patetismo e não faz concessões em nome do politicamente correto. Paradoxalmente, quem operou tal movimento foi uma escritora mexicana, que atualmente vive exilada na Argentina, justamente em razão de seu trabalho como agitadora cultural e crítica das políticas de seu país: Cristina de la Concha. No brevíssimo conto intitulado “Moscos”, de menos de uma página, uma personagem diariamente importunada por mosquitos que a assediam, machucam, ferem, perfurando-lhe a pele, resolve fazer justiça. Banha o próprio corpo com uma substância tóxica para esses insetos e sai à rua nua munida de um aerossol, para atraí-los:

Uno a uno fueron cayendo, conforme percibía sus presencias, ella jalaba y oprimía el émbolo, y el rocío los bañaba con fuerza, sacudiéndolos y desplomándolos; entonces, disparaba el tiro final...//Al día siguiente, en los encabezados de los periódicos se leía: “Genocidio por una mujer. Joven mujer desnuda y armada en la calle mata a 47 hombres” (CONCHA, 2010, p. 29).

No desfecho ambíguo irrompe o *gozo*, produto do erotismo (“*jalaba y oprimía el émbolo*”) que devém ficção de justiça, fazendo de mulheres que morrem, aqui, “mulheres que matam”. “Moscos” figura, nesse sentido, como um suplemento a “La parte de los crímenes”, capaz de operar a torção que está relacionada a uma cadeia de signos e operações simbólicas que ligam o delito à justiça e ao poder diferenciador das políticas (de vida e de morte)⁴. De certo modo,

[...] um dos sentidos da subtração da justiça estatal nas que matam se vê quando se lê (quando se escreve) a cadeia a partir da parte feminina, que é a que a constitui: a partir de uma que mata em primeira pessoa. [...] É necessária uma torção de gênero sexual (ou pronominal ou narrativo), que simultaneamente poderia ser uma torção nacional, para poder ler um dos sentidos dessa subtração da justiça estatal que se reitera em todas as fases da cadeia. Dito de outro modo, é necessária a inclusão, na cadeia [...], de um elo “não-nacional”, latino-americano, para poder ouvir contar o conto, a partir da que mata, e poder ver então o sentido da justiça (LUDMER, 2002, p. 345).

Que o relato de Cristina de la Concha termine com o assombro midiático do “genocídio” praticado por uma mulher, enquanto as notícias dos casos de corpos de mulheres mortas encontradas em Santa Teresa pouco a pouco se dispersam na extensão de 2666, assim como se dispersam na mídia, é algo que projeta uma espécie de suplemento significativo dos modos como a tanatopolítica não só opera uma regulação sobre os corpos que devem viver e os que devem morrer, mas que também reveste de justificativas languageiras seu *modus operandi* (como pudemos ver na série de chistes machistas), do que emerge o sentido da justiça posta em causa nesse processo.

O relato de Bolaño mobiliza, então, a discussão no âmbito do gênero e do racismo, que “é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, ‘aquele velho direito soberano de morte’, e o motor do princípio necropolítico” (MBEMBE, 2017b, p. 65),

⁴ De certo modo, o conto “Putas asesinas”, de Roberto Bolaño (2001), publicado na coletânea homônima, poderia ser incluído nessa série também, a partir de um prisma ligado à mulher e não mais à figura do “macho algoz”.

potencializando a discussão das relações de poder e das ações da política sobre sujeitos e não sujeitos a partir de um elemento fundamental: o cadáver. Segundo Giorgi,

los cadáveres sin lugar “propio” han asediado la imaginación política y cultural latinoamericana (y, evidentemente, global), y puntúan las lógicas de la violencia del presente. [...] Si la biopolítica incluye necesariamente una lógica de la muerte; si una política de la muerte se alberga, como ya lo sugería Foucault, en el corazón de los regímenes que dicen defender y aumentar la vida, esa política es antes que nada una política del cadáver –una política que hace de la destrucción de los cuerpos una de sus operaciones centrales, y de la administración del cadáver, una de sus tecnologías sistemáticas–. [...] si en la biopolítica se trata, sin duda, de eliminar el cadáver, de borrarlo como evidencia jurídica e histórica, al mismo tiempo, y sobre todo, se trata de destruir los lazos de ese cuerpo con la comunidad: de hacer imposible la inscripción de ese cuerpo en la vida de la comunidad, en sus lenguajes, sus memorias, sus relatos (GIORGI, 2014, p. 198-199).

Nesse sentido, em “La parte de los crímenes” o relato forense somado à descrição das mortes destaca o modo de agir (violência sexual + tortura) e a ação de uma *necropolítica* que se aproxima de uma política de extermínio e de ódio. Muitas das vítimas são menores de idade ou têm em média vinte e poucos anos, são de origem humilde, e em sua maioria trabalhadoras das maquiladoras. Se, por um lado, quando descoberto o suposto assassino, os policiais tentam incriminá-lo também pelas demais mortes que aconteceram naquele mesmo período para apresentar à opinião pública uma aparente “solução” que reestabeleça a ordem (a normalidade), por outro, o silenciamento dos não sujeitos (as mulheres mortas) se concretiza tanto pelas mortes quanto pelo arquivamento e/ou a não resolução dos casos por parte da polícia, o que culmina numa dupla morte: há uma morte que nega sua condição de pessoa, convertendo-as em meros corpos mutilados, cadáveres; e uma ocasionada pelo Estado, que relega os casos ao esquecimento.

Mulheres que morrem, tanatografias

Sabemos que o poder incide não somente na esfera da vida, mas também da morte, na permissão de matar, e no direito de decidir quem pode viver e quem deve morrer (MBEMBE, 2017b). “*La parte de los crímenes*” permite-nos sondar uma apropriação dos corpos no relato, a partir dessa

[...] “Estética de la Aniquilación” que tiene que ver con poner en escena las múltiples formas de destruir totalmente al otro, estableciendo como el horror y la violencia son parte del engranaje que ha movido, en cierta medida, la historia occidental durante los últimos siglos. Bolaño produce una “Estética de la Aniquilación” que está compuesta por un recorrido por terrenos estériles que adolecen de falta de belleza o humor y en donde la devastación es el sino que mueve a numerosos personajes (CANDIA CÁCERES, 2010, p. 50).

Por essa via, revela-se, no interior do relato, um conjunto de ações de caráter biopolítico operado a partir da morte e do cadáver, já que “o poder *necropolítico* opera por um gênero de reversão entre vida e morte [...]. Procura sempre abolir a distinção entre os meios e os fins. Daí a sua indiferença aos sinais objetivos de crueldade” (MBEMBE, 2017b, p. 65). O romance inteiro, e em especial sua quarta parte, pode ser visto, pois, como uma crítica à *necropolítica*. Seja pela morte das personagens, seja pelo modo como elas são encaminhadas para a morte – obrigadas, por meio do isolamento geográfico, a deixar suas famílias, pelo trabalho degradante nas maquiladoras. A repetição e a serialização dos crimes aos corpos femininos desmascaram a política da morte. A morte figura, então, como expressão de uma esfera política em cuja organização o bem-estar e a cidadania são substituídos pela ação incontrolável de uma economia (linguística, discursiva, mas também financeira) que sugere a urgência de se repensarem as relações entre corpo, gênero, política e globalização, na América Latina.

SILVA NETO, A. C. B. da; ALVES, W. Aesthetics of annihilation: politics of life and death in “The part about the crimes”, by Roberto Bolaño. *Olho d’água*, São José do Rio Preto, v. 12, n. 2, p. 51-63, 2020. ISSN 2177-3807.

Referências

AGAMBEN, G. *O estado de exceção*. Trad. Iraci D. Poleti. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALVES, W. Limites e intersecções do estético com o político no filme *Janela indiscreta*, de Alfred Hitchcock, e no conto “Sessão das quatro”, de Roberto Drummond. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 39, p. 151-179, 2012.

BOLAÑO, R. 2666. Barcelona: Anagrama, 2004.

_____. *Putas asesinas*. Barcelona: Anagrama, 2001.

CANDIA CÁCERES, A. Todos los males el mal. La “estética de la aniquilación” en la narrativa de Roberto Bolaño. *Revista chilena de literatura*, Santiago, n. 76, p. 47-70, 2010.

CONCHA, C. *Fárragos y álveos*. 2. ed. México D. F.: Morvoz, 2010.

FOUCAULT, M. Las redes del poder. *Barbárie*, Salvador, n. 4-5, 1981. Disponível em: <<http://www.lite.fe.unicamp.br/papet/2002/fe190d/texto05.htm>>. Acesso em 15 fev. 2020.

GIORGI, G. *Formas comunes: animalidade, cultura biopolítica*. Buenos Aires: Eterna Cadencia, 2014.

LIMA, F. Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. *Arq. Bras. Psicol.*, Rio de Janeiro, v. 70, p. 20-33, 2018.

LINK, D. *Fantasmas: imaginación y sociedad*. Buenos Aires: Eterna Cadencia, 2009.

LUDMER, J. *O corpo do delito*. Um manual. Trad. Maria Antonieta Pereira. Belo Horizonte: EdUFMG, 2002.

MBEMBE, A. *Políticas da inimizade*. Lisboa: Antígona, 2017a.

_____. Necropolítica. *Arte e ensaios*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 32, p. 122-151, 2017b.

MOREIRAS, A. Children of Light: Neo-paulinism and the Cathexis of Difference (I). *The Bible and Critical Theory*, n. 1, v. 1, p. 3-13, 2004.

SANTOS, C. C. Imaginação nos limites da literatura. *Sociopoética*, Campina Grande, n. 21, v. 1, p. 1-8, 2019.

Recebido em: 26 out. 2020

Aceito em: 09 nov. 2020